

PEDRO BRINCA
Professor da Nova SBE

'Não haverá penalização política por haver défice'

Pedro Brinca admite que a tempestade Kristin e o conflito no Médio Oriente vieram baralhar as contas públicas. Perante os dois choques, as metas previstas pelo Governo deverão derrapar. Mas lembra que 'as ferramentas de correção' estão nas mãos do Executivo – 'a não execução dos empréstimos do PRR e do investimento público previsto no OE e a velha tática das cativações'.

TEXTO **Sónia Peres Pinto**
FOTOGRAFIA **Bruno Gonçalves**

Como vê a situação da economia portuguesa? Depois dos gastos com o temporal enfrenta agora o conflito do Médio Oriente. A economia portuguesa está numa situação que merece atenção. A tempestade Kristin levou a uma enorme destruição da capacidade produtiva, o que irá ter um impacto negativo forte nas contas públicas por um duplo efeito: pela receita fiscal que não foi realizada, pela riqueza que não foi criada e por todas as ajudas que vai implicar. Estamos a falar de muitos milhões de euros para um Orçamento que tinha uma margem relativamente curta para assegurar o equilíbrio das contas públicas. Há um duplo golpe nas contas públicas. A questão da guerra no Irão, do ponto de vista direto, não nos afeta de uma forma muito pronunciada.

Todos os setores de atividade estão receosos com o aumento da energia, gás natural e combustíveis... Mas não nos afeta de uma maneira direta. A maior parte do gás natural que vem para a Península Ibérica vem pelo gasoduto que atravessa a Nigéria, Argélia e Marrocos. Naturalmente, somos indiretamente afetados porque também somos importadores de petróleo. A maior parte do nosso petróleo vem do Brasil, não obstante o petróleo ir para onde pagarem mais, quando 20% do comércio mundial de petróleo está bloqueado. Também convém lembrar que a energia é um bem intermédio na produção de quase tudo, o que significa que iremos pagar mais pelos bens e serviços que consumimos. Tudo aponta no mesmo sentido: subida no nível de preços, uma diminuição do poder aquisitivo dos portugueses e uma deterioração das condições de vida. Há um terceiro fator que tem passado um pouco ao lado e que é determinante, que é o facto de 49% do comércio mundial de ureia, componente fundamental para fertilizantes, vem daquela zona, o que signi-

fica que podemos ter um duplo impacto na questão dos preços da alimentação porque produzir fertilizantes requer energia e, ao mesmo tempo, um dos componentes principais desses fertilizantes está sob ameaça em termos de fornecimento.

As medidas que têm sido anunciadas são suficientes?

Relativamente aos combustíveis, o que é suficiente? É voltar a ter os preços que tínhamos antes? Se essa é a bitola, não é suficiente. Se alivia alguma coisa? Sim, parece-me sensato que o Governo tenha uma intervenção relativamente equilibrada. O que quero dizer com isto? Por um lado, não vai subsidiar totalmente o efeito do aumento do preço das matérias-primas mas, por outro lado, não irá haver um aumento significativo da receita fiscal à custa deste aumento. E o dar algum alívio e não um total alívio é positivo porque deixa os mecanismos de preços funcionarem e se é mais difícil ter petróleo e gás natural é bom que isso seja refletido de alguma forma no preço, para incentivar a racionalidade no uso desses recursos, quer doméstico, quer empresarial. E quando digo racionalizar significa que poderá haver uma maior pressão para a transição energética, uma maior pressão para a questão de substituir o tipo de energia usada e uma maior pressão para haver algum tipo de substituição de processos de produção que sejam menos intensivos de energia.

Dar mais apoios também significa baralhar ainda mais as contas públicas...

Quando me perguntaram se acreditava nas projeções do Governo contempladas no Orçamento do Estado relativamente ao superávit disse que sim. Não porque acreditava que aquelas contas se iriam verificar daquela maneira, mas porque contas certas hoje são um bem político. Qualquer partido que se apresente com um défice ou com uma proposta de défice seria penalizado politicamente. Não acredito que este Governo quisesse que isso acontecesse, agora nesta fase se ficar aquém e para equilibrar as contas será preciso algum tipo de correção. Es-

sas ferramentas de correção existem e estão nas mãos do Governo, como a não execução dos empréstimos do PRR, a velha tática das cativações e a não execução de investimento público previsto no Orçamento de Estado.

O PSD sempre criticou as cativações do Governo socialista. Não é incoerente estar a fazer o mesmo?

É verdade, mas estou a falar no âmbito económico, não de estratégia e coerência política. Na minha opinião, muitos dos projetos envolvidos no PRR são de eficácia duvidosa. Os que são a fundo perdido, no limite, o efeito negativo que podem ter é o desvio de recursos que podiam estar concentrados a criar produtos competitivos para alimentar projetos que não têm grande sustentabilidade a médio e a longo prazo. Mas se são financiados a fundo perdido, pelo menos, o impacto não será assim tão negativo, o que me preocupa mais são aqueles em que temos de devolver o dinheiro. Uma coisa é a não execução de fundos que são a fundo perdido, outra coisa é a não execução de projetos que envolvem empréstimos e a percepção que tenho, até por conversas informais com responsáveis do setor, é que é impossível executar tudo até à data.

Poderá haver um prolongamento do prazo?

Pode haver soluções políticas e engenharias institucionais que permitam dar a volta ao facto de não se conseguir executar a despesa até à data limite, mas essas estratégias estarão no domínio do Governo.

Voltando às contas, o ministro das Finanças já admitiu um cenário de défice. É inevitável?

Quando, na altura, disse que acreditava que iríamos ter um superávit também me lembro de dizer que acreditava nesse cenário num contexto em que não houvesse nenhum choque. O Governo tem dois: o Oeste e o Irão. Quando estamos a falar de apoios que ultrapassam muitos mil milhões de euros e quando estamos a falar de um cenário macroeconómico que contemplava 600 milhões de superávit fica-



ria muito surpreendendo se conseguíssemos cumprir. Creio que não haverá uma penalização política por haver défice. Mas havendo défice é preciso perceber, comparando com os montantes, pelo menos, daquilo que foram as ajudas para a região Oeste, se excede esse montante ou não. Neste momento, se tivesse de apostar diria que o défice é muito provável.

E terá de apresentar um Orçamento retificativo?

Não sei se irá requerer uma lei de retificação orçamental. Já é uma questão mais técnica de contas nacionais, mas que o resultado das contas públicas para 2026 poderá ficar longe daquilo que estava projetado é um cenário completamente plausível e provável.

Em relação ao pacote laboral. Como vê este impasse em torno do acordo?

Primeiro, a percepção que ao princípio veio para fora é que era um retrocesso civilizacional. O que é certo é que este retrocesso civilizacional, neste momento, num total de 100 e tal artigos transformou-se num consenso em torno de mais de 80 artigos. Há dois tipos de medidas que afastam ainda a UGT do Governo e das empresas. Primeiro, as reivindicações da UGT, que quer a duplicação do prémio por horas extraordinárias, a duplicação do prémio por trabalho noturno e aumentar os dias de férias para 25 por ano. Se Portugal já parte de um dos extremos de rigidez que existe em toda a OCDE, então essas medidas mandavam-nos para lá de Bagdad. Parece-me que estão a ser introduzidas medidas num cenário de 'vamos pedir 100 para ver se nos dão 10'. A proposta do Governo, em todos estes vetores, não é retirar nada, é manter o que está e aqui percebe-se um bocadinho onde está a razoabilidade e onde não está. O Governo diz que vai manter 125% de pagamento da hora extraordinária e a UGT pede 150%. Depois



← O economista diz que 'tudo aponta para uma subida no nível de preços, uma diminuição do poder aquisitivo dos portugueses e uma deterioração das condições de vida'

temos outro tipo de diferendo que tem a ver com as medidas que são propostas pelo Governo e que têm tido uma resistência muito grande por parte da UGT. Logo à cabeça, a questão do banco de horas individual. Parece-me surreal, Portugal é o único país do mundo, a par do México, creio, em que isso é proibido. Percebe-se onde é que está aqui a posição menos razoável. Na questão da obrigação de reintegração por despedimento ilícito, Portugal, mais uma vez, é uma exceção. Não conheço outra jurisdição onde a lei obrigue o juiz do Tribunal de Trabalho a reintegrar um trabalhador e não optar por uma compensação reforçada. Parece ser uma posição extremamente pouco razoável por parte da UGT. Também a questão do *outsourcing* é absurda, porque ninguém cumpre. O próprio Estado é o primeiro a não cumprir, mas o Estado do PS, o Estado do PSD. Estamos a ter esta entrevista numa universidade, as senhoras da limpeza não são funcionários da universidade. Isto é assim nos hospitais públicos, é assim em todo o lado.

A UGT está a ser politizada?

A UGT ia ter eleições em março e adiou-as para junho ou julho, se não estou em erro, e parece-me óbvio que se a UGT conseguir sair deste processo negocial com uma certa aura positiva irá ajudar imenso nas eleições. Por outro lado, não é segredo para ninguém onde é que estão os princípios ideológicos e a fundamentação ideológica da UGT, e estarão longe do centro político português. Não posso fazer juízos de intenção sobre as pessoas que estão à frente dos processos negociais, nem o irei fazer, mas ninguém me levará a mal se achar que isso poderá ter influência. Se o é ou não só a pessoa que está à frente saberá.

Tem dito que o que asfixia a economia é a carga fiscal. Não seria preferível fazer reformas nessa área e não

na legislação laboral, que nem sequer está no programa de Governo?

Essa questão de não estar no programa de Governo tem de falar com Luís Montenegro. As alterações à legislação são bastante essenciais – e porquê? Primeiro, em termos de produtividade. Neste século, Portugal cresceu 20%, enquanto os seus parceiros cresceram 28%, 29%, ou seja, cresceu muito abaixo daquilo que é normal. Segundo, estamos todos a olhar para a taxa de desemprego que está em mínimos históricos, mas esquecemos que temos 20% de taxa de desemprego jovem. Na China, isso foi suficiente para o Governo proibir a divulgação da estatística, em Portugal ninguém quer saber. Terceiro, olhamos para a taxa de desemprego, mas não olhamos para a qualidade do emprego, que é fundamental. Fiz um estudo publicado em 2019 e mostrava que quase 40% dos trabalhadores não tinham as qualificações necessárias, do ponto de vista do nível de ensino, para as funções que desempenhavam. E dentro dos 50% que tinham o nível de instrução adequado havia 40% que não tinham a formação na área científica relevante para a área que estavam a ocupar. Ou seja, as pessoas muitas vezes arranjam um emprego e depois ficam agarrados durante uma série de tempo, porque o trabalho é excessivamente rígido, não existe dinâmica de fluxos laborais e as pessoas, à medida que vão mudando a sua circunstância de vida ou porque estudaram para uma determinada função ou porque se querem mudar para outro sítio gostariam de poder ter a flexibilidade de trocar de emprego. E quando despedir é um problema, contratar é um risco.

Mas tem defendido a redução do IRC...

Baixámos alguns pontos percentuais ao IRC. O Governo, além da descida da taxa nominal, também tinha na sua agenda uma filosofia, de forma implícita, o alargamento da base. Estou a falar de simplificação



Parece-me sensato que o Governo tenha uma intervenção relativamente equilibrada na questão dos combustíveis

Há 20 anos não passava pela cabeça de ninguém comparar a economia portuguesa com a romena e hoje estamos a ter essa discussão

fiscal. Quero que a empresa gaste os seus recursos a desenhar um produto melhor, a melhorar os seus processos produtivos, a melhorar a sua equipa de vendas, a inovar. Não quero que a empresa gaste a maior parte dos seus recursos a fazer planeamento fiscal, isso é um contrassenso.

Com uma carga fiscal elevada e com uma legislação laboral rígida ainda ficamos surpreendidos por não conseguirmos crescer mais?

Não crescemos sequer o mesmo que os

outros, pois não nos vamos comparar com países riquíssimos, que já estão em níveis muito elevados. Temos de nos comparar com países com rendimentos semelhantes, como a Polónia, por exemplo. Há vários países na União Europeia com o nosso nível de rendimento que estão a crescer muito acima de nós. Temos de perceber o que é que esses países estão a fazer e que funciona bem. Alguns desses países têm cargas fiscais elevadas numa determinada dimensão da economia, mas depois têm muito leves noutra dimensão da economia. Em Portugal é em todas.

Ainda assim, Portugal foi distinguido pela *The Economist* como 'Economia do Ano'...

Portugal também foi campeão europeu de futebol em 2016. Não me parece que isso seja um indicador muito fiável da saúde económica do país. Acho que olharemos mais para a derivada do que provavelmente para o nível de crescimento. Portugal, comparado com aquilo que cresceu na década de 2010 e na década de 2000, deu um enorme salto qualitativo. Estamos a crescer à volta dos 2%, na década de 2000 crescemos 0,7% e na década de 2010 crescemos 1 ou 1% e pouco. A economia portuguesa tem passado pela cabeça de ninguém comparar a economia portuguesa com a romena e hoje estamos a ter essa discussão. E se não nos pormos a pau daqui a 20 anos essa discussão é com a Albânia. A Albânia, em 2000, tinha 14 vezes menos PIB *per capita* do que nós e, neste momento, só tem três vezes menos. ●

E estamos cada vez mais perto da Roménia...

Toda a gente está preocupada se a Roménia está à frente ou atrás. Está atrás, mas a questão não é essa, a questão é que há 20 anos não passava pela cabeça de ninguém comparar a economia portuguesa com a romena e hoje estamos a ter essa discussão. E se não nos pormos a pau daqui a 20 anos essa discussão é com a Albânia. A Albânia, em 2000, tinha 14 vezes menos PIB *per capita* do que nós e, neste momento, só tem três vezes menos. ●